LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.
TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL
CAPÍTULO VI DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS
Seção III Da Direção e do Pessoal dos Estabelecimentos Penais
Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato. § 1º O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão ou a ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício. § 2º No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado. CAPÍTULO VII DO PATRONATO
Art. 78. O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos (artigo 26).
TÍTULO IV DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS
CAPÍTULO II DA PENITENCIÁRIA
Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

- a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
 - b) área mínima de 6 m2 (seis metros quadrados).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de aulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a nalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.	